

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 366.047 - SP (2013/0214084-7)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **OSCAR TOSHIHARU HIRANO**
ADVOGADOS : **FÁBIO SILVEIRA ARETINI - SP227888**
: **MILENA CAMACHO PEREIRA DA SILVA E OUTRO(S) - SP212403**
AGRAVADO : **ITAU UNIBANCO S.A**
ADVOGADOS : **LUIZ RODRIGUES WAMBIER - SP291479**
: **KARINA PACHECO - SP251054**

DECISÃO

1. Cumpre consignar, quanto à ordem de devolução dos autos à origem, que na sessão de julgamento de 22 de agosto de 2018, em questão de ordem, a Segunda Seção decidiu determinar a distribuição regular, no Superior Tribunal de Justiça, dos processos relacionados a expurgos inflacionários em fase de execução de sentença (individual ou coletiva) em que a parte se manifestasse, expressamente, pela não adesão ao acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal.

Assim concluiu que as decisões de suspensão nacional de processos proferidas pelo STF nos Temas de repercussão geral n. 264, 265, 284 e 285, objeto do acordo celebrado, não se aplicavam a processos que estivessem na fase de execução de sentença.

Dessa forma, diversos processos voltaram a tramitar no STJ, pois a maioria dos casos submetidos a esta Corte em recursos especiais ou agravos em recursos especiais trata de execução de sentença.

No entanto, em virtude da decisão proferida pelo em. Ministro Gilmar Mendes no Recurso Extraordinário n. 632.212 (Tema n. 285/STF), publicada no DJe de 6/11/2018, a Segunda Seção, na sessão de 28/11/2018, em questão de ordem suscitada pelo Ministro Raul Araújo nos Recursos Especiais n. 1.610.789/MT e 1.361.869/SP, decidiu:

a) Por unanimidade, suspender todos os processos, individuais ou coletivos, seja na fase de conhecimento ou execução, que versassem sobre a cobrança de diferenças de correção monetária em depósitos de poupança decorrentes de expurgos inflacionários, pelo prazo de 24 meses a contar de 5.2.2018, aguardando ainda o julgamento dos Temas de repercussão geral n. 264, 265, 284 e 285 (RE n. 632.212, 631.363, 626.307 e 591.797);

b) Por maioria, vencido o Ministro Raul Araújo, encaminhar às instâncias de origem todos os processos relacionados ao tema que estejam nesta Corte.

Em síntese, a Segunda Seção concluiu que essas medidas, aplicáveis a todos os processos que tratassem sobre expurgos inflacionários, independentemente do plano econômico, eram decorrência automática da decisão do relator do Recurso Extraordinário n. 632.212.

No dia 12 de abril de 2019, foi publicada nova decisão do Ministro Gilmar

Superior Tribunal de Justiça

Mendes no Recurso Extraordinário n. 632.212, a qual, em um primeiro momento, esclareceu que a abrangência da suspensão de processos se limitava apenas a processos relacionados a expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor II, para, logo em seguida, reconsiderar a decisão anterior “em relação à determinação de suspensão dos processos em fase de execução, liquidação e/ou cumprimento de sentença e no que diz respeito aos expurgos inflacionários referentes ao Plano Econômico Collor II”.

Nesse sentido, com as informações acima, colhidas do Ofício nº 63/2019-2S, expedido pelo em. Ministro Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, Presidente da Segunda Seção, decidiu-se, em nova questão de ordem, aprovada em 24.4.2019, adotar o retorno da antiga orientação acolhida pelos Ministros na sessão de 22 de agosto de 2018, **autorizando a tramitação regular, no Superior Tribunal de Justiça, dos recursos admissíveis relacionados a expurgos inflacionários em fase de execução de sentença (individual ou coletiva), em que a parte se manifeste, expressamente, pela não adesão ao acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal.**

2. Assim sendo, reconsidero a decisão de fls. 728-735 que determinava o retorno dos autos à origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator